



CÂMARA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

A era dos excessos

Colocando foco em problemas brasileiros, lembro uma frase atribuída a Paracelso, médico e físico do século 16: “A diferença entre um veneno e um remédio está só na dosagem”.

O país precisa muito refletir sobre essa ideia, que está longe de se aplicar apenas à química e à medicina. Há um claro exagero em quase tudo no país: na polarização política, na ortodoxia econômica e monetária, nas críticas, no denunciamento e no pessimismo geral que deprime cada vez mais os brasileiros.

Nada é mais deprimente, por exemplo, do que o nível das discussões que se desenrolam nas redes sociais. Pessoas xingam-se e acusam-se mutuamente por discordâncias ideológicas ou religiosas, sem nenhum receio de cometer crimes de calúnia, injúria e difamação. É preciso diminuir a dosagem desses atritos para um nível civilizado de discussão de convicções e ideias.

Doses exageradas de crítica têm um nome: intolerância, atitude que, infelizmente, já saiu das redes sociais para a vida real. Todos vimos imagens de um ex-ministro sendo hostilizado em restaurantes, chamado de muitas coisas ruins. Assistimos, durante a Copa do Mundo do ano passado, a presidente ser xingada por grupos de torcedores com uma frase-palavrão que não dá para transcrever. Ambos são responsáveis por acertos e erros, mas não é disso que se trata. Trata-se de educação, civilidade, boas maneiras, respeito às diferenças e tolerância, coisas que estão em falta no atual momento brasileiro.

Esses excessos fazem muito mal ao país. O pessimismo é insuflado de forma **estridente** nas manchetes de jornais, no rádio, na televisão e, com ódio e intolerância, no dia a dia dos debates das redes sociais. Se você manifestar uma opinião um pouco diferente, é **hostilizado** imediatamente.

Aqueles que cometem excessos por razões políticas, unicamente pela disputa do poder, e que apostam no “quanto pior, melhor” deveriam saber que o resultado dessa disputa é o desemprego, a desagregação de famílias, o sofrimento de mães e crianças, o aumento da criminalidade, a insegurança e a desesperança geral no país.

Acreditamos que a frase de Paracelso embute uma mensagem que se aplica perfeitamente ao Brasil de hoje. Todos temos a obrigação de dosar as críticas para que elas sejam remédio e não veneno, aceitar diferenças, evitar radicalismos e buscar entendimento.

(Benjamin Steinbruch, *Folha de S.Paulo*. Adaptado)

01. De acordo com o texto, é correto afirmar que o autor

- (A) acredita que as críticas podem ser benéficas para o país, pois, desde que sejam feitas com moderação, motivam discussões saudáveis.
- (B) concorda que as excessivas críticas feitas sobre a política e a economia do país contribuem para que os governantes percebam que a população está atenta.
- (C) considera irrelevantes as discussões que acontecem nas redes sociais, já que elas se limitam apenas ao ambiente virtual, não trazendo prejuízos ao convívio em sociedade.
- (D) distingue o tratamento dado ao ex-ministro e à presidente, pois o ex-ministro, apesar de hostilizado, foi tratado com tolerância.
- (E) compreende as críticas excessivas, já que os erros dos nossos governantes resultaram em desemprego, aumento da criminalidade, insegurança e desesperança geral no país.

02. A citação de Paracelso – A diferença entre um veneno e um remédio está só na dosagem. – é usada pelo autor, no texto, em sentido

- (A) próprio, pois se percebe o uso recorrente do verbo “dosar” para significar a determinação do peso das críticas.
- (B) figurado, pois ele emprega os termos “remédio” e “veneno” para se referir ao uso de substâncias químicas por políticos.
- (C) próprio, já que ele explica que Paracelso foi médico e físico, a fim de validar a citação.
- (D) figurado, ou seja simbólico, pois a citação sai do seu contexto comum para ser empregada no contexto político.
- (E) próprio, pois ele faz uso dos termos “remédio” e “veneno” para se referir às críticas políticas que ocorrem no país.

03. De acordo com o texto, as discussões que acontecem nas redes sociais

- (A) por enquanto ocorrem em um nível civilizado, portanto não são motivo de preocupações.
- (B) restringem-se a discordâncias religiosas deprimentes, que têm pouca importância, já que o Brasil é um país laico.
- (C) são motivo de preocupação, pois as pessoas, sem perceber, praticam atos criminosos que já estão também presentes na vida real.
- (D) são saudáveis, tendo em vista que estimulam os usuários da rede, na maioria jovens, a refletirem sobre os problemas do país.
- (E) contêm elevados índices de calúnia, injúria e difamação, mesmo que seja crescente o número de usuários com receio da punição por esses crimes.

04. No trecho do 5º parágrafo – **Esses excessos** fazem muito mal ao país. –, a expressão destacada refere-se a

- (A) coisas que estão em falta. (4º parágrafo)
- (B) educação, civilidade, boas maneiras, respeito às diferenças e tolerância. (4º parágrafo)
- (C) acertos e erros. (4º parágrafo)
- (D) imagens de um ex-ministro. (4º parágrafo)
- (E) doses exageradas de críticas. (4º parágrafo)

05. Os termos **estridente** e **hostilizado**, destacados no 5º parágrafo do texto, podem ser substituídos, sem alteração de sentido, por

- (A) silenciosa e ofendido.
- (B) ruidosa e agredido.
- (C) penetrante e honrado.
- (D) vibrante e beneficiado.
- (E) sibilante e conquistado.

06. Na frase – **Se você manifestar uma opinião um pouco diferente**, é hostilizado imediatamente. –, o trecho destacado apresenta ideia de

- (A) causa.
- (B) consequência.
- (C) condição.
- (D) concessão.
- (E) comparação.

07. A citação de Paracelso se aplica, perfeitamente, _____ nação brasileira, pois _____ críticas e o pessimismo excessivos fazem muito mal _____ própria população.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) a ... as ... a
- (B) à ... as ... à
- (C) à ... às ... à
- (D) a ... às ... a
- (E) à ... às ... a

08. Assinale a alternativa correta quanto às regras de pontuação e de concordância da norma-padrão da língua.

- (A) A frase “A diferença entre um veneno e um remédio está só na dosagem” deve ser pensada pelo povo brasileiro, que, nos últimos tempos, tem feito duras críticas à política e à economia do país.
- (B) A frase “A diferença entre um veneno e um remédio está só na dosagem” deve ser pensada pelo povo brasileiro que, nos últimos tempos têm feito duras críticas à política e, à economia do país.
- (C) A frase “A diferença entre um veneno e um remédio está só na dosagem”, deve ser pensada pelo povo brasileiro que nos últimos tempos, têm feito duras críticas à política e à economia do país.
- (D) A frase “A diferença entre um veneno e um remédio, está só na dosagem”, deve ser pensada pelo povo brasileiro que, nos últimos tempos tem feito duras críticas à política e à economia do país.
- (E) A frase “A diferença entre um veneno e um remédio, está só na dosagem” deve ser pensada pelo povo brasileiro, que nos últimos tempos, têm feito duras críticas à política e à economia do país.

Leia a tirinha para responder às questões de números 09 e 10.



(www.paraalemdocerebro.blogspot.com.br)

09. A leitura da tirinha permite concluir corretamente que

- (A) o menino escreveu uma redação em que considera que comentários e postagens nas redes sociais podem ajudar a população no combate e na prevenção da raiva.
- (B) o texto do menino informa e explica as formas de contágio da raiva, doença infecciosa causada por vírus presentes em computadores desprotegidos.
- (C) o menino deixa clara sua opinião de que a raiva é um sentimento violento, ao chamar os seres humanos que o sentem de animais.
- (D) há uma quebra de expectativa no 3º quadrinho, quando o menino associa o sentido de “raiva” a um contexto diferente do que havia usado no início de sua redação.
- (E) o menino entende que a raiva é uma doença física que atinge alguns animais e que, quando transmitida aos humanos, transforma-se em um sentimento de fúria.

10. A partir da leitura do texto *A era dos excessos* e da tirinha, é correto afirmar que

- (A) ambos tratam do mesmo assunto: como a medicina pode influenciar no comportamento do ser humano, quando contagiado com doenças de animais.
- (B) enquanto a tirinha refere-se às formas de contágio da raiva, o texto trata das doses adequadas dos remédios e venenos para eliminá-la.
- (C) enquanto o primeiro texto condena as críticas postadas na internet, a tirinha admite-as como importantes para o crescimento do país.
- (D) enquanto o primeiro texto admite todas as críticas postadas na internet como importantes para o crescimento do país, a tirinha condena-as.
- (E) ambos fazem referência às críticas exageradas feitas nas redes sociais, o que, para o texto, é indício de intolerância e, para a tirinha, de raiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A Medida Provisória “X”, baixada pela Presidente da República, recebeu inúmeras emendas parlamentares com temas diversos dos originários. O Projeto de Lei de Conversão (PLV)
- (A) deverá ter sua votação iniciada no Senado, antes de ser apreciado pelo plenário da Câmara dos Deputados, que emitirá parecer.
 - (B) deverá ter sua votação concluída em 90 (noventa) dias, contados da publicação da Medida Provisória, para evitar que esta perca a eficácia e não possa ser reeditada.
 - (C) ensejará o veto da Presidente da República às disposições que excedam o tema original, sob pena de afronta à decisão do Supremo Tribunal Federal que entendeu configurar-se “contrabando legislativo”.
 - (D) cuja votação não for concluída em até 90 (noventa) dias, contados da publicação da Medida Provisória, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
 - (E) deverá ter sua votação concluída em cento e vinte dias, contados da publicação da Medida Provisória, sob pena de prorrogação desta por igual período.
12. A Lei Municipal “Y” instituiu o “Dia da Consciência Negra”, a ser comemorado em 20 de novembro. É o sexto feriado fixado por Lei Municipal, e a Lei Federal nº 9.093/95 estabelece limites que foram extrapolados. Assinale a alternativa que descreve medida judicial apta a afastar a aplicação da Lei no Município.
- (A) Impetração de mandado de segurança coletivo por Sindicato do Comércio Varejista, sob o fundamento de que a Lei Municipal, de efeitos concretos, fere direito líquido e certo dos associados do impetrante e não ostenta sentido típico ou peculiar do município, contrariando lei nacional.
 - (B) Ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade pelo Prefeito Municipal, perante o Tribunal de Justiça do Estado, alegando contrariedade à Lei Federal nº 9.093/95.
 - (C) Ajuizamento de ação civil pública, pelo Ministério Público Estadual, perante o Tribunal de Justiça do Estado, deduzindo como único pedido a declaração de inconstitucionalidade da lei, por contrariedade ao artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, com efeito *erga omnes*.
 - (D) Ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade por Partido Político, perante o Tribunal de Justiça do Estado, requerendo a declaração da inconstitucionalidade da Lei nº 9.093/95, por afronta à autonomia municipal.
 - (E) Ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental, por Confederação Sindical, perante o Tribunal de Justiça do Estado, por afronta ao princípio federativo.
13. Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações,
- (A) serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 80 (oitenta) anos de idade, na forma de lei complementar.
 - (B) que tenham completado as exigências para aposentadoria voluntária e que optem por permanecer em atividade farão jus a um abono de permanência equivalente à metade do valor da sua contribuição previdenciária.
 - (C) são estáveis após 2 (dois) anos de efetivo exercício.
 - (D) depois de estáveis, perderão o cargo exclusivamente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 - (E) serão submetidos à avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade, como condição para adquirir a estabilidade.
14. De acordo com a Constituição Federal, compete aos Municípios
- (A) legislar, subsidiariamente ao Estado, sobre assuntos de interesse local.
 - (B) fixar na Lei Orgânica o número de vereadores, observado o limite máximo estabelecido na Constituição Federal, de acordo com o número de habitantes.
 - (C) organizar e prestar, diretamente, os serviços públicos de interesse local, exceto o de transporte coletivo, que é de competência estadual.
 - (D) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal.
 - (E) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, caso haja omissão do Estado em fazê-lo.
15. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos, que deve organizá-la com base, dentre outros, nos seguintes objetivos:
- (A) universalidade da cobertura e do atendimento; equidade na forma de participação no custeio; e proporcionalidade da contrapartida.
 - (B) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; e compensação entre o valor dos benefícios.
 - (C) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; e proporcionalidade do valor dos benefícios.
 - (D) diversidade da base de financiamento; irredutibilidade do valor dos benefícios; e paridade da cobertura.
 - (E) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

16. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, competindo

- (A) à União organizar o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiar as instituições de ensino públicas federais e exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, devendo aplicar, anualmente, nunca menos do que 50% (cinquenta por cento) do valor repassado aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (B) aos Municípios atuar prioritariamente no ensino médio e na educação infantil, devendo aplicar, anualmente, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- (C) aos Estados e ao Distrito Federal atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio, devendo aplicar, anualmente, 18% (dezoito por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- (D) aos Municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, devendo aplicar, anualmente, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- (E) aos Estados e ao Distrito Federal atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio, devendo aplicar, anualmente, 18% (dezoito por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, já considerado, para efeito de cálculo, o valor transferido aos Municípios.

17. Ao dispor sobre os princípios gerais de atividade econômica, o constituinte previu que

- (A) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, condicionando-o apenas à autorização dos órgãos públicos.
- (B) é assegurado a todos, inclusive ao Estado, o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que esta não contrarie a moralidade.
- (C) a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.
- (D) incumbe ao Poder Público, independentemente de lei, prestar serviços públicos diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, precedido de licitação, quando esta não for dispensável.
- (E) é vedado dispensar tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de grande porte sob pena de afronta aos princípios da isonomia e da livre concorrência.

18. O Estado poderá intervir em seus municípios

- (A) para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- (B) quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e nos serviços públicos de saúde.
- (C) para assegurar a observância dos direitos da pessoa humana.
- (D) se deixarem de pagar a dívida fundada, sem motivo de força maior, por três anos consecutivos.
- (E) quando houver descumprimento de Convênio firmado para recapeamento de estradas, com recursos exclusivamente estaduais.

DIREITO CIVIL

19. Por hipótese, a Lei nº 102 revogou expressamente a Lei nº 101. Passado algum tempo, foi editada e publicada a Lei nº 103, que, contendo apenas um artigo, limitou-se a revogar a Lei nº 102. Nesse cenário, é correto afirmar que

- (A) a Lei nº 101 é considerada nova lei, voltando a vigorar 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação da Lei nº 103.
- (B) a Lei nº 101 voltará a vigorar 90 (noventa) dias após a publicação da Lei nº 103, por expressa disposição legal.
- (C) a Lei nº 101 não foi restaurada em razão da revogação da Lei nº 102, por expressa disposição legal.
- (D) a Lei nº 101 não é considerada nova lei, voltando a vigorar no dia útil imediatamente seguinte à publicação da Lei nº 103.
- (E) a Lei nº 103 é nula, pois deveria conter artigo indicando expressamente sobre a restauração ou não da Lei nº 101.

20. Assinale a alternativa correta com relação aos negócios jurídicos.

- (A) Em respeito à segurança jurídica, nas declarações de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção das partes.
- (B) A condição suspensiva, que subordina a eficácia de determinado negócio jurídico, não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias.
- (C) Em regra, são causas de anulação do negócio jurídico o erro, o dolo, a coação, o estado de perigo, a lesão, a fraude contra credores e a simulação.
- (D) É nulo o negócio jurídico celebrado por pessoa absoluta ou relativamente incapaz.
- (E) A decretação de nulidade relativa do negócio jurídico tem eficácia *ex nunc*, enquanto a declaração de nulidade absoluta opera-se *ex tunc*.

21. Assinale a alternativa correta sobre a prescrição aquisitiva de bens imóveis e suas peculiaridades.
- (A) Na usucapião extraordinária, cujo prazo da prescrição aquisitiva é de 20 (vinte) anos, é imprescindível a boa-fé, mas é dispensado o justo título.
 - (B) Quando o objeto da prescrição aquisitiva for bem público dominical, além da posse *ad usucapionem*, deverá o possuidor ter estabelecido no imóvel sua moradia habitual.
 - (C) Na modalidade da usucapião extraordinária, a cláusula de inalienabilidade que grava o imóvel impede a prescrição aquisitiva.
 - (D) É possível a prescrição aquisitiva de imóvel que integra herança jacente, quando o lapso temporal legalmente exigido consumir-se antes da declaração de vacância.
 - (E) A sentença que declara a prescrição aquisitiva deve ser levada ao cartório de notas para lavratura da competente escritura, que, por sua vez, será registrada no cartório de registro de imóveis.
22. Assinale a alternativa correta sobre o direito real de servidão.
- (A) Na constituição da servidão de passagem, há cisão de um imóvel, denominado prédio serviente, constituindo-se novo imóvel, com matrícula própria no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (B) São admitidas no direito brasileiro as servidões negativas, consistentes em determinada abstenção ao titular do prédio serviente.
 - (C) Não se admite a constituição de servidão de trânsito em imóveis rurais de grande extensão.
 - (D) As servidões não aparentes podem ser objeto de posse *ad usucapionem*.
 - (E) Quando a instituição da servidão se der por vontade dos proprietários dos imóveis, o registro perante o Cartório de Registro de Imóveis poderá se dar por declaração verbal dos proprietários, perante o competente registrador.
23. Uma organização não governamental (ONG), presidida por Josué, alugou de determinada empresa equipamentos audiovisuais. Ajustou-se o aluguel mensal de R\$ 800,00 (oitocentos reais) pelos equipamentos, em contrato com vigência de 5 (cinco) anos. Receosa do risco de inadimplência, a locadora exigiu dupla garantia, consistente na prestação de caução em dinheiro, em valor equivalente a 3 (três) meses de locação, bem como fiança pessoal de Josué. Fez constar no contrato, ainda, cláusula penal prevendo que, em caso de rescisão antecipada do contrato pela locatária, incidiria multa equivalente a 3 (três) aluguéis, independentemente do tempo de contrato transcorrido. Passados exatamente dois anos e meio, a ONG enviou notificação extrajudicial à locadora, noticiando sua intenção de rescindir o contrato. Nesse panorama, é correto afirmar que a rescisão do contrato é possível, respeitando-se os seguintes parâmetros:
- (A) multa correspondente a 3 (três) aluguéis, que deverá ser aplicada proporcionalmente ao tempo de contrato transcorrido, podendo a locadora utilizar o valor da caução em dinheiro para satisfazer a penalidade.
 - (B) multa correspondente a 3 (três) aluguéis cheios, não podendo a locadora utilizar o valor da caução em dinheiro para satisfazer a penalidade.
 - (C) rescisão sem qualquer ônus para a locatária, considerando que é nula a cláusula que estipula a cláusula penal, assim como o estabelecimento de dupla garantia.
 - (D) multa correspondente a 3 (três) aluguéis cheios, podendo a locadora utilizar o valor da caução em dinheiro para satisfazer a penalidade.
 - (E) multa correspondente a 3 (três) aluguéis, que deverá ser aplicada proporcionalmente ao tempo de contrato transcorrido, não podendo a locadora utilizar o valor da caução em dinheiro para satisfazer a penalidade.

- 24.** Alexsander, antigo morador da cidade de Pradópolis, possui patrimônio de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Tal morador pretende doar à municipalidade um prédio residencial, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), estabelecendo o encargo de que o imóvel seja utilizado como creche municipal, devendo inaugurar suas atividades no prazo máximo de 6 (seis) meses, bem como que o prédio recebesse publicamente o nome do doador (mas sem estabelecimento de prazo para este último encargo). Alexsander possui único herdeiro necessário, seu filho Raul, com quem vive. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.
- (A) A doação poderia ser realizada por instrumento público ou particular, devendo ser registrada no competente cartório de registro de imóveis.
 - (B) Ao estabelecer o encargo específico de que o imóvel deveria ser utilizado como creche, a eficácia da doação estaria condicionada às reformas do imóvel para atender à sua finalidade, às expensas do doador.
 - (C) A doação seria nula, pois prejudicaria as expectativas de direitos hereditários de seu filho Raul.
 - (D) Não havendo prazo específico para cumprimento do encargo de dar ao prédio o nome do doador, vigoraria o mesmo prazo de 6 (seis) meses atribuído ao outro encargo.
 - (E) A eficácia da doação estaria sujeita à prévia autorização do Ministério Público do Estado, na medida em que o encargo é de interesse público.
- 25.** Com relação à locação de imóveis urbanos, regulada pela Lei nº 8.245/1991, assinale a alternativa correta no que tange ao direito de preferência.
- (A) Não se admite que o locador notifique o locatário por *e-mail* para que este eventualmente exerça seu direito de preferência, ainda que haja específica previsão contratual nesse sentido.
 - (B) Em caso de alienação extrajudicial decorrente do inadimplemento do fiduciante (alienação fiduciária em garantia), o locatário do imóvel objeto da garantia terá direito de preferência, por valor correspondente ao valor da dívida.
 - (C) Havendo condomínio no imóvel, a preferência do locatário terá prioridade sobre a do condômino.
 - (D) Estando o imóvel sublocado em sua totalidade, caberá a preferência ao locatário, e, em seguida, ao sublocatário.
 - (E) O direito de preferência não alcança os casos de permuta, doação e integralização de capital.
- 26.** Assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade civil.
- (A) O município responde objetivamente pelos danos causados por seus agentes, no exercício de suas funções.
 - (B) Quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, a obrigação de indenizar prescinde da existência de nexo de causalidade entre a conduta e o dano.
 - (C) Há culpa presumida dos empregadores em relação aos danos causados por seus empregados a terceiros, no exercício do trabalho que lhes competir.
 - (D) É objetiva a responsabilidade do dono de animal, por dano por este causado, enquanto é subjetiva a responsabilidade do mero detentor de animal.
 - (E) Em regra, o direito de exigir a reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
- 27.** De acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e jurisprudência sobre os serviços públicos, é correto afirmar que
- (A) as concessionárias de serviços públicos não podem deixar de prestar serviços essenciais ao consumidor inadimplente.
 - (B) a racionalização e a melhoria dos serviços públicos não constituem princípio da Política Nacional das Relações de Consumo.
 - (C) os órgãos públicos, na qualidade de prestadores de serviços, respondem subjetivamente pelos danos causados aos consumidores.
 - (D) é inadmissível a interrupção do fornecimento de energia por concessionária de serviço público, às pessoas jurídicas de direito público.
 - (E) a culpa exclusiva de terceiro não configura excludente de responsabilidade, em se tratando de prestação de serviço público.
- 28.** Compreende(m)-se por estado de jacência da herança
- (A) a declaração judicial de inexistência de legítimo sucessor para os bens deixados pelo autor da herança.
 - (B) a inexistência de conhecido legítimo sucessor para os bens que compõem o acervo hereditário.
 - (C) o completo esvaziamento do patrimônio, em razão do adimplemento de dívidas do autor da herança.
 - (D) a inexistência de bens a serem partilhados pelos legítimos sucessores, procedendo-se ao inventário negativo.
 - (E) a arrecadação dos bens e a nomeação de administrador provisório, em razão da pendência de litígio entre potenciais herdeiros.

29. O prazo decadencial da ação rescisória inicia-se

- (A) da prolação da sentença a ser rescindida, dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- (B) quando resultar de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei, da homologação do acordo.
- (C) quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial.
- (D) do ato que violou disposição literal de lei.
- (E) quando houver fundamento para invalidar confissão.

30. Publicada a sentença, o juiz, em regra, só poderá alterá-la

- (A) antes de abrir prazo para contrarrazões de apelação.
- (B) a pedido de terceiro, que venha a ser atingido pelo mérito da decisão.
- (C) com a minuta do agravo.
- (D) para corrigir de ofício inexatidões materiais.
- (E) quando a decisão for genérica.

31. Os embargos de declaração têm prazo de

- (A) 5 (cinco) dias de qualquer decisão.
- (B) 10 (dez) dias de qualquer decisão.
- (C) 5 (cinco) dias de despacho e 10 (dez) dias de sentença e acórdão.
- (D) 5 (cinco) dias em caso de sentença e 10 (dez) dias em se tratando de acórdão.
- (E) 10 (dez) dias em caso de sentença e 5 (cinco) dias em se tratando de acórdão.

32. Do requerimento de liquidação de sentença, será a parte intimada

- (A) pessoalmente, por mandado de intimação.
- (B) pessoalmente, por mandado de citação.
- (C) pessoalmente, por todos os meios processuais disponíveis.
- (D) pessoalmente, por publicação da imprensa oficial.
- (E) na pessoa de seu advogado.

33. Ação que possibilita ao cidadão brasileiro que esteja em pleno gozo de seus direitos políticos, tutele em nome próprio interesse da coletividade de forma a prevenir ou reformar atos lesivos praticados por agentes públicos ou a eles equiparados por lei ou delegação, na proteção do patrimônio público ou entidade custeada pelo Estado, ou ainda a moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural.

Trata-se de ação

- (A) de responsabilidade por improbidade administrativa.
- (B) civil pública.
- (C) mandado de segurança individual.
- (D) mandado de segurança coletivo.
- (E) popular.

34. O prazo para a Câmara Municipal contestar uma medida cautelar é de

- (A) 5 (cinco) dias.
- (B) 15 (quinze) dias.
- (C) 20 (vinte) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 60 (sessenta) dias.

35. Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá

- (A) denunciar da lide o proprietário ou possuidor.
- (B) nomear à autoria o proprietário ou possuidor.
- (C) chamar ao processo o proprietário ou possuidor.
- (D) requerer a extinção da ação por falta de interesse de agir.
- (E) requerer a improcedência da ação, com julgamento de mérito.

36. Sobre o depoimento pessoal, assinale a alternativa correta.

- (A) A parte será interrogada na forma prescrita para a inquirição de testemunhas.
- (B) Compete a cada parte requerer seu próprio depoimento pessoal.
- (C) A parte é obrigada a depor sobre os fatos criminosos que lhe forem imputados.
- (D) Sem ônus, poderá a parte se recusar a depor.
- (E) Para o depoimento pessoal, a parte será intimada na pessoa de seu advogado.

37. O dever dos órgãos e entidades públicas de promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, previsto na Lei Federal nº 12.527/11, pode ser considerado uma aplicação prática do princípio da Administração, constitucionalmente expresso, da

- (A) legalidade.
- (B) transparência.
- (C) publicidade.
- (D) moralidade.
- (E) impessoalidade.

38. Considere a seguinte situação hipotética.

Empresa é inabilitada em certame licitatório promovido pela Câmara Municipal de Pradópolis. A empresa considera que este ato é abusivo e ilegal, pois teriam sido exigidos documentos de habilitação que não estão previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e também não constavam do edital. À luz da disciplina do controle jurisdicional dos atos administrativos, a empresa poderá

- (A) contestar o ato, por exercício do direito de petição, mediante o recolhimento da respectiva taxa.
- (B) impetrar *habeas data* para demandar a obtenção de informações em razão do ato praticado.
- (C) ajuizar mandado de injunção, considerando a omissão do devido exame da documentação apresentada.
- (D) impetrar mandado de segurança, tendo como autoridade coatora o Presidente da Comissão de Licitação.
- (E) ajuizar ação popular, visando anular o ato que a inabilitou, pois este é lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa.

39. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos dos Atos Administrativos e dos Poderes da Administração Pública.

- (A) Em virtude do poder discricionário, em certos atos administrativos, a lei permite ao agente proceder a uma avaliação de conduta, ponderando os aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática do ato; esses aspectos, que suscitam tal ponderação, constituem o mérito do ato administrativo.
- (B) Atos expedidos com base no poder normativo da Administração, que regulam uma quantidade indeterminada de pessoas que se encontram na mesma situação jurídica, são denominados atos enunciativos.
- (C) A expedição de certidões que comprovam a existência de fatos e se distinguem dos atestados pela circunstância de representarem a reprodução do que já está formalizado nos registros públicos é um exercício do poder de império da Administração.
- (D) Os atos vinculados são a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público.
- (E) O objeto dos atos administrativos é um dos seus elementos essenciais, assim, se depois de praticado o ato desaparece seu objeto, ocorre a extinção natural do ato administrativo, denominada caducidade.

40. Os serviços que se destinam diretamente aos indivíduos, ou seja, são proporcionados para sua fruição direta, como, por exemplo, o fornecimento de gás e o ensino, são classificados como serviços

- (A) suspensíveis.
- (B) sociais.
- (C) coletivos.
- (D) indelegáveis.
- (E) de utilidade pública.

41. Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre aspectos do instituto da desapropriação.

- (A) Embora seja possível, a desapropriação de bens públicos encontra limites e condições, sendo que, como a possibilidade expropriatória pressupõe a direção vertical das entidades federativas, a União não pode desapropriar bens dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) Como regra, a desapropriação pode ter por objeto qualquer bem móvel ou imóvel dotado de valoração patrimonial, assim são passíveis de desapropriação os bens móveis ou imóveis, corpóreos ou incorpóreos.
- (C) A competência para legislar sobre desapropriação é concorrente da União Federal e dos Estados-Membros, já a competência declaratória para utilidade pública ou interesse social é concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios.
- (D) A desapropriação por zona ocorre nas glebas expropriadas, em que for permitido o cultivo ilegal de plantas psicotrópicas, e que são especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos.
- (E) O ato declaratório não dá permissão às autoridades competentes para penetrar no prédio objeto da declaração, sendo possível o recurso à força policial no caso de entrada e consequente esbulho.

42. Segundo dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca dos fundamentos do direito urbanístico, o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana é

- (A) o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.527/01), elaborado por conta de determinação da própria Constituição.
- (B) a lei municipal que for editada e disciplinar o parcelamento, o uso e a ocupação do solo.
- (C) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
- (D) a lei estadual que determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.
- (E) a lei municipal que fixar as áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida.

43. Considere a seguinte situação hipotética.

Associação Desportiva recebe recursos provenientes de renúncia fiscal, para programa de incentivo ao esporte voltado a crianças e adolescentes carentes. Em auditoria, é constatado que os recursos são desviados e utilizados em proveito dos dirigentes da Associação e de agente público responsável pela liberação dos recursos, em enriquecimento ilícito. Em relação à aplicação da Lei Federal nº 8.429/92 ao caso em tela, é correto afirmar que

- (A) os atos de improbidade são praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, e, portanto, os dirigentes da Associação não respondem por ato de improbidade.
- (B) está sujeito à Lei de Improbidade todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, não respondendo, desta forma, os dirigentes da Associação, por ato de improbidade.
- (C) as sanções da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis somente aos particulares que incorporarem, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas, ou seja, somente os dirigentes da Associação respondem por ato de improbidade.
- (D) as disposições da Lei de Improbidade são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta, assim, os dirigentes da Associação respondem por ato de improbidade, juntamente com o agente público.
- (E) os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos, razão pela qual somente o agente público que enriqueceu ilicitamente responde por ato de improbidade.

44. No curso da sessão de pregão, prevê a Lei Federal nº 10.520/02 que poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até

- (A) 30% (trinta por cento) superiores àquela.
- (B) 25% (vinte e cinco por cento) superiores àquela.
- (C) 20% (vinte por cento) superiores àquela.
- (D) 15% (quinze por cento) superiores àquela.
- (E) 10% (dez por cento) superiores àquela.

45. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas, previsto pela Lei Federal nº 12.462/11, prevê a contratação de um empreendimento em sua integralidade, compreendendo a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para a qual foi contratada. Esta é a definição de

- (A) empreitada global, consistente no regime licitatório de obras e serviços de engenharia.
- (B) empreitada integral, consistente no regime de execução indireta de obras e serviços de engenharia.
- (C) contratação integrada, utilizada para licitar os projetos básico e executivo, conjuntamente.
- (D) contratação por tarefa, utilizada para a contratação de serviços acessórios ou complementares de engenharia.
- (E) múltipla execução, que pode ser utilizada se conveniente para atender à administração pública e não causar perda da economia de escala.

46. Considere a seguinte situação hipotética.

Presidente da Câmara de Vereadores de Pradópolis decide classificar as informações relativas aos valores pagos aos fornecedores do Legislativo Municipal, quanto ao grau de sigilo. É correto afirmar que tal conduta

- (A) não está de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.527/11, pois tais informações são públicas e não são passíveis de classificação, por não serem imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado.
- (B) está de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.527/11, pois a publicidade de tais informações pode prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos da Câmara Municipal, razão pela qual podem ser classificadas.
- (C) não está de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.527/11, pois as informações financeiras dos órgãos públicos terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção.
- (D) está de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.527/11, pois a publicidade de tais informações põe em risco a segurança da instituição Câmara Municipal, razão pela qual podem ser classificadas.
- (E) não está de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.527/11, pois a classificação de informações somente pode ser realizada, em qualquer grau, pelo Chefe do Poder Executivo ou por pessoa a quem for delegada, por ele, tal atribuição.

47. Acerca da sociedade limitada, é correto afirmar que

- (A) pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de 5 (cinco) anos da data da assinatura do contrato social.
- (B) sendo omissos o contrato social, o sócio pode ceder sua quota a estranho, total ou parcialmente, se não houver oposição dos titulares de mais da metade do capital social.
- (C) é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato em separado, sendo que a administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- (D) tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes, salvo disposição contratual diversa, no mínimo, a 2/3 (dois terços) do capital social.
- (E) os sócios, se autorizados pelo contrato, não serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que tais lucros ou quantias se distribuam com prejuízo do capital.

48. Tem como características, dentre outras, a variabilidade ou dispensa do capital social, o concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo, o direito de cada sócio a um só voto nas deliberações e a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança. Referidas características são próprias das sociedades

- (A) em comandita simples.
- (B) em comandita por ações.
- (C) em nome coletivo.
- (D) comuns.
- (E) cooperativas.

49. Considerando os títulos de crédito à ordem, assinale a alternativa correta.
- (A) Considera-se legítimo possuidor o portador do título com série regular e ininterrupta de endossos, ainda que o último seja em branco.
 - (B) Considera-se, no endosso, qualquer condição a que o subordine o endossante.
 - (C) O endosso posterior ao vencimento não produz os mesmos efeitos do anterior, gerando, apenas, efeito de mera cessão civil de crédito.
 - (D) A cláusula constitutiva de penhor, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título, de modo que o endossatário de endosso-penhor só pode endossar novamente o título na qualidade de credor.
 - (E) As exceções, fundadas em relação do devedor com os portadores precedentes, somente poderão ser por ele opostas ao portador, se este, ao adquirir o título, tiver agido de boa-fé.
50. No tocante aos efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor, assinale a alternativa correta.
- (A) A decretação da falência interrompe o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao administrador judicial.
 - (B) Os contratos bilaterais se resolvem pela falência, devendo ser rescindidos pelo administrador judicial se o cumprimento evitar o aumento do passivo da massa falida.
 - (C) O administrador judicial, mediante autorização do Comitê, poderá dar cumprimento a contrato unilateral se esse fato reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, realizando o pagamento da prestação pela qual está obrigada.
 - (D) O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para realização de negócios, permanecerá produzindo seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.
 - (E) Com exceção dos juros das debêntures e dos créditos com garantia real, contra a massa são exigíveis juros vencidos após a decretação da falência, previstos em lei ou em contrato, se o ativo apurado não bastar para o pagamento dos credores subordinados.
51. Assinale a alternativa correta no que respeita ao instituto da recuperação judicial.
- (A) Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 1 (um) ano e que atenda aos demais requisitos exigidos em lei.
 - (B) A recuperação judicial não se defere quando se tratar de pessoa jurídica exercente de atividade rural.
 - (C) O trespasse ou arrendamento do estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados, constitui meio de recuperação judicial, observada a legislação pertinente.
 - (D) Com a decretação da falência, fica inviabilizado para o devedor o requerimento de recuperação judicial.
 - (E) Os créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho não estão sujeitos à recuperação judicial.
52. Uma pessoa jurídica, cuja atividade preponderante é a compra e venda de veículos, adquire bens imóveis e direitos a eles relativos, em decorrência da incorporação de outra pessoa jurídica. Considerando-se como fato gerador a transmissão dos bens e direitos adquiridos, é correto afirmar que a pessoa jurídica adquirente
- (A) não pagará imposto sobre a transmissão de bens imóveis ao município porque está imune à tributação desse imposto.
 - (B) deve pagar imposto de transmissão sobre bens imóveis, devido ao município.
 - (C) é sujeito passivo do imposto de transmissão de bens, devido ao Estado.
 - (D) deve pagar imposto sobre a circulação dos bens, devido ao Estado.
 - (E) deve pagar imposto de renda, devido à União.
53. Caso um município deseje fiscalizar e arrecadar o imposto territorial rural e ficar para si com a totalidade do produto da arrecadação,
- (A) certamente poderá fazê-lo, visto que o imposto em questão pertence à sua competência impositiva privativa.
 - (B) só poderá fazê-lo se exercer a opção que a Constituição Federal lhe confere, ainda que o imposto não pertença à sua competência impositiva.
 - (C) se o fizer, estará invadindo a competência exclusiva da União, situação vedada constitucionalmente.
 - (D) caracterizaria bitributação, visto que dois entes tributantes diversos estariam a exigir o mesmo imposto.
 - (E) daria ensejo ao contribuinte de ingressar com ação de consignação em pagamento por não saber a quem pagar o imposto.

- 54.** O tributo cuja lei impõe a observância a certos requisitos mínimos para fins de sua exação, dentre os quais, a publicação prévia de memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra e determinação da zona beneficiada, denomina-se
- (A) taxa de manutenção de vias e logradouros.
 - (B) contribuição de melhoria.
 - (C) taxa de manutenção de obra pública.
 - (D) imposto.
 - (E) taxa de financiamento de serviço público.
- 55.** Salvo disposição em contrário, as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, entram em vigor, quanto a seus efeitos normativos,
- (A) na data de sua publicação.
 - (B) na data nelas previstas.
 - (C) 30 (trinta) dias após sua publicação.
 - (D) 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.
 - (E) no exercício seguinte ao que ocorra sua publicação.
- 56.** Em sede de execução fiscal,
- (A) admite-se reconvenção.
 - (B) admite-se exceção de incompetência.
 - (C) admite-se compensação.
 - (D) não se admite que a garantia seja prestada por terceiro.
 - (E) não se admite adjudicação dos bens penhorados por parte da Fazenda Pública.
- 57.** O agente que, voluntariamente, impede que o resultado se produza responde apenas pelos atos já praticados. Tal instituto se denomina
- (A) desistência eficaz.
 - (B) desistência voluntária.
 - (C) arrependimento eficaz.
 - (D) arrependimento posterior.
 - (E) arrependimento voluntário.
- 58.** Nos exatos termos do parágrafo único do art. 18 do CP, salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica
- (A) livremente.
 - (B) dolosamente.
 - (C) dolosa ou culposamente.
 - (D) voluntariamente.
 - (E) intencionalmente.
- 59.** Quais crimes contra a honra admitem retratação e qual o momento em que a retratação deve se dar para ser efetiva?
- (A) Calúnia e difamação, mas a retratação deve obrigatoriamente ocorrer antes da sentença.
 - (B) Calúnia e difamação, mas a retratação deve obrigatoriamente ocorrer antes do recebimento da denúncia ou queixa.
 - (C) Difamação e injúria, mas a retratação deve obrigatoriamente ocorrer antes da sentença.
 - (D) Difamação e injúria, mas a retratação deve obrigatoriamente ocorrer antes do recebimento da denúncia ou queixa.
 - (E) Todos eles, mas a retratação deve obrigatoriamente ocorrer antes do recebimento da denúncia ou queixa.

60. A regra do art. 25 do CPP determina que a representação é

- (A) retratável, a qualquer tempo.
- (B) retratável, desde que antes da sentença.
- (C) irretratável, a qualquer tempo.
- (D) irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- (E) causa de procedibilidade das ações penais privadas.

61. Por definição expressa do § 4º do art. 2º da Lei nº 12.850/13, a pena do crime de organização criminosa é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) se

- (A) os crimes são praticados em diversos Estados da Federação.
- (B) a organização criminosa é voltada especialmente à prática de crimes hediondos e assemelhados.
- (C) a organização criminosa é voltada especialmente à prática de crimes contra a Administração Pública.
- (D) os frutos dos crimes praticados pela associação são utilizados para o financiamento de terrorismo e atos de caráter político.
- (E) há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal.

62. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.

Os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores são de competência da Justiça Federal quando praticados _____, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas ou, ainda, quando a infração penal antecedente for _____.

- (A) contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira ... de competência da Justiça Federal
- (B) contra a ordem tributária, o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira ... considerada crime hediondo ou equiparado
- (C) contra o sistema financeiro ... considerada crime hediondo ou equiparado
- (D) por estrangeiros ... praticada mediante violência ou grave ameaça
- (E) por estrangeiros ... de competência da Justiça Federal

63. O contrato de trabalho não se confunde com o contrato de empreitada, pois

- (A) no primeiro, os instrumentos de trabalho são de propriedade do empregador, enquanto, no segundo, são de propriedade do empregado.
- (B) o primeiro é contrato de atividade, enquanto o segundo é contrato de resultado.
- (C) no primeiro, o trabalho é subordinado, enquanto, no segundo, o trabalho pode ser autônomo.
- (D) no primeiro, há dependência econômica do trabalhador, enquanto, no segundo, o trabalhador é empresário.
- (E) o primeiro é contrato de resultado, enquanto o segundo é contrato de atividade.

64. A transferência do empregado

- (A) não se caracteriza quando o empregado que exerce cargo de confiança não é consultado para manifestar concordância.
- (B) é vedada pelo ordenamento jurídico, não se admitindo exceções à regra.
- (C) é tolerada apenas mediante concordância do empregado.
- (D) não se caracteriza quando o empregado não necessita alterar seu domicílio.
- (E) é ilícita quando ocorre a extinção do estabelecimento em que trabalha o empregado.

65. Integram o salário não só a importância fixa estipulada mas também

- (A) as comissões, abonos e gratificações ajustadas.
- (B) as comissões, participações nos lucros e gratificações ajustadas por escrito.
- (C) a participação nos lucros, diárias de viagem e gratificações ajustadas por escrito.
- (D) os abonos, gratificações ajustadas e participação nos lucros.
- (E) os abonos, gratificações ajustadas por escrito e participação nos lucros.

66. A extinção do contrato de trabalho por culpa recíproca assegura ao empregado

- (A) o direito à liberação do FGTS, com acréscimo de 20% (vinte por cento) e indenização correspondente a 50% (cinquenta por cento) do seguro-desemprego que seria devido na despedida sem justa causa.
- (B) o pagamento do seguro-desemprego e de 50% (cinquenta por cento) dos demais direitos que seriam devidos na hipótese de despedida sem justa causa.
- (C) a metade da indenização que seria devida no caso de culpa exclusiva do empregador, incluindo liberação do FGTS acrescido de 20% (vinte por cento).
- (D) a metade da indenização que seria devida na despedida sem justa causa, incluindo liberação do FGTS sem qualquer adicional.
- (E) a metade da indenização que seria devida na despedida sem justa causa, incluindo a liberação do FGTS com acréscimo de 40% (quarenta por cento) e indenização do seguro-desemprego.

67. Nas condenações trabalhistas impostas à Fazenda Pública,

- (A) não incidem juros de mora.
- (B) incidem juros capitalizados de 1% (um por cento) ao mês.
- (C) os juros e correção monetária incidem a partir do ajuizamento da ação.
- (D) apenas a correção monetária incide a partir do ajuizamento da ação.
- (E) apenas os juros de mora incidem a partir do ajuizamento da ação.

68. O conceito de acidente do trabalho abrange

- (A) a doença profissional, a doença do trabalho e a doença degenerativa.
- (B) a doença profissional, a doença degenerativa e o acidente em viagem a serviço da empresa.
- (C) a doença do trabalho, o acidente em viagem a serviço da empresa e o acidente sofrido na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
- (D) a doença do trabalho, o acidente sofrido na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa e a doença degenerativa adquirida no curso do contrato de trabalho.
- (E) o acidente sofrido na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa, a doença degenerativa e o acidente ocorrido no intervalo destinado a refeição e descanso.

69. A Previdência Social compreende

- (A) o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.
- (B) o Regime Geral de Previdência Social e o Sistema Único de Saúde.
- (C) o Regime Geral de Previdência Social e a Seguridade Social.
- (D) a Seguridade Social e o Sistema Único de Saúde.
- (E) o direito à saúde e aos benefícios previdenciários.

70. O servidor público civil, ocupante de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e que não exerce qualquer outra atividade remunerada,

- (A) não pode ser incluído no Regime Geral de Previdência Social.
- (B) estará excluído do Regime Geral de Previdência Social se for amparado por regime próprio de previdência social.
- (C) pode optar entre o Regime Geral de Previdência Social e o regime próprio de previdência social.
- (D) é segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.
- (E) tem direito ao Regime Geral de Previdência Social, independentemente da existência do regime próprio de previdência social.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

71. Quanto à coisa julgada em ação que versa sobre interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, assinale a alternativa correta.

- (A) A sentença, nas ações que versem sobre interesses ou direitos difusos, sempre faz coisa julgada *erga omnes*.
- (B) Quando se tratar de interesses ou direitos coletivos, a sentença sempre fará coisa julgada *ultra partes*, mas limitada ao grupo, categoria ou classe.
- (C) As ações que tratem de interesses ou direitos individuais homogêneos sempre fazem coisa julgada *erga omnes*.
- (D) Todas as ações coletivas fazem coisa julgada *ultra partes* e *erga omnes*, exceto as que forem julgadas extintas sem julgamento do mérito.
- (E) Nas ações que tratem de interesses ou direitos individuais homogêneos, em caso de improcedência do pedido, não se impede que os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes proponham ação de indenização a título individual.

- 72.** Para os fins da Legislação que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, entende-se por
- (A) poluidor: somente a pessoa física ou jurídica, de direito privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
 - (B) recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
 - (C) degradação da qualidade ambiental: toda e qualquer alteração das características do meio ambiente.
 - (D) meio ambiente: conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, metodológica e microbiológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
 - (E) poluição: toda e qualquer alteração das características do meio ambiente que modifique as suas características originais.
- 73.** No que tange à responsabilidade do causador do dano ambiental, assinale a alternativa correta.
- (A) A aplicação de penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal exime o causador do dano de cumprir as medidas visando à preservação ou à correção dos danos causados pela degradação da qualidade ambiental.
 - (B) Somente nos casos de existência de culpa, o poluidor será obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.
 - (C) A execução das garantias exigidas do poluidor impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.
 - (D) O não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou à correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores, dentre outras penalidades, à suspensão de sua atividade.
 - (E) No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal na aplicação das penalidades previstas aos transgressores ambientais, caberá ao Ministério Público a aplicação das penalidades administrativas.
- 74.** Nos termos da Lei nº 7.853/1989, compete ao Poder Público assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos e de direitos que propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. E, para tal finalidade, o Estado deve dispensar tratamento adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras:
- (A) na área da educação – a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas.
 - (B) na área da saúde – o desenvolvimento de programas especiais visando à inserção no mercado de trabalho.
 - (C) na área de recursos humanos – o incentivo à formação profissional, garantindo acesso aos cursos regulares voltados à formação profissional.
 - (D) na área de formação profissional e do trabalho – a formação e a qualificação de recursos humanos visando atender à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências.
 - (E) na área de edificações – promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privados, de pessoas portadoras de deficiência.
- 75.** Nos termos do Código Florestal, consideram-se de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas, dentre outras, à seguinte finalidade:
- (A) auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades vinculadas à defesa do meio ambiente.
 - (B) assegurar condições de bem-estar público e privado.
 - (C) proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional.
 - (D) abrigar exemplares da fauna ou da flora, ainda que não ameaçados de extinção.
 - (E) formar faixas de proteção ao longo de rodovias, ferrovias e hidrovias.

76. No que tange à aplicação da pena, nos termos da Lei nº 9.605/1998,

- (A) a pena de prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas ou onerosas junto a parques e jardins públicos e unidades de conservação, e, no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.
- (B) a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz. O valor pago não será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.
- (C) o recolhimento domiciliar baseia-se na autodisciplina e no senso de responsabilidade do condenado, que deverá, sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer atividade autorizada, permanecendo recolhido nos dias e horários de folga em residência ou em qualquer local destinado a sua moradia habitual, conforme estabelecido na sentença condenatória.
- (D) as penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de 5 (cinco) anos, no caso de crimes dolosos ou culposos.
- (E) não é possível a substituição das penas privativas de liberdade pelas penas restritivas de direitos.

77. João e Maria são Vereadores, em pleno exercício, no Município de Pradópolis. O primeiro aceitou um convite do Prefeito e assumiu o cargo de secretário do Município de Pradópolis. A segunda foi presa temporariamente em decorrência de processo criminal em curso, não podendo comparecer às reuniões da Câmara. Considerando essas situações hipotéticas, nos termos do que estabelece a Lei Orgânica do Município de Pradópolis, é correto afirmar que

- (A) João deve ser considerado, automaticamente, licenciado do seu mandato pela Câmara Municipal, e o período de afastamento de Maria será considerado como de licença, independentemente de requerimento.
- (B) João perderá, automaticamente, seu mandato de Vereador na Câmara Municipal, e Maria poderá justificar seu período de ausência às sessões por meio de requerimento.
- (C) João não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado da Câmara Municipal, e Maria perderá seu mandato se teve que faltar a mais de 10 (dez) sessões ordinárias seguidas.
- (D) João poderá pedir o afastamento temporário de seu mandato pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, e Maria poderá obter uma licença da Câmara Municipal, desde que o faça por meio de requerimento dirigido à Mesa da Casa.
- (E) ambos perderão seus mandatos, bastando que qualquer Vereador apresente requerimento nesse sentido perante a Mesa da Câmara Municipal e que seja aprovado por maioria absoluta dos membros da Casa.

- 78.** Assinale a alternativa que está em conformidade com as disposições da Lei Orgânica do Município de Pradópolis no tocante ao processo legislativo.
- (A) É de competência exclusiva do Prefeito a iniciativa das leis que disponham sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.
 - (B) Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Lei do Orçamento Anual, por serem estas de iniciativa exclusiva do prefeito.
 - (C) São leis complementares, dentre outras, as concernentes às seguintes matérias: estatuto dos serviços municipais, concessão de serviço público e zoneamento urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo.
 - (D) A votação e a discussão de matéria constante na ordem do dia só poderão ser efetuadas com a presença da maioria relativa dos membros da Câmara Municipal.
 - (E) Quanto às leis delegadas e ao seu processo legislativo, a delegação do prefeito terá forma de decreto legislativo da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.
- 79.** Assinale a alternativa correta a respeito das comissões previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Pradópolis.
- (A) As comissões são órgãos técnicos compostos de 5 (cinco) vereadores e são classificadas em permanentes e temporárias.
 - (B) Os membros das comissões permanentes serão nomeados por atos do presidente da Câmara, mediante inscrição voluntária dos Vereadores interessados em compor as respectivas comissões.
 - (C) Dos atos dos presidentes das comissões, com os quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso à própria Comissão no prazo de 3 (três) dias.
 - (D) Concluindo a Comissão de Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, este será automaticamente rejeitado.
 - (E) A apuração da prática de infração político-administrativa do Prefeito e de Vereador, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, será feita por comissão especial processante.
- 80.** A respeito das sessões legislativas extraordinárias, o Regimento Interno da Câmara Municipal estabelece que
- (A) pode ser convocada pelo Prefeito, para tratar de assuntos urgentes e relevantes ou por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos Vereadores para tratar de qualquer assunto, durante o recesso parlamentar.
 - (B) pode ser convocada pela Comissão Representativa da Câmara durante o recesso parlamentar, para tratar de assuntos urgentes e de relevância para o município e dependentes do plenário.
 - (C) as sessões extraordinárias, quando convocadas, realizar-se-ão apenas aos sábados, domingos e feriados, não podendo ser convocadas para o mesmo dia em que haja sessão ordinária da Câmara.
 - (D) serão convocadas na forma prevista na Lei Orgânica Municipal, mediante comunicação escrita aos Vereadores, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
 - (E) sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, sendo, no entanto, obrigatória a comunicação escrita a todos os presentes e aos ausentes.

